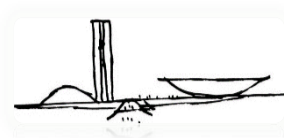


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 29 de outubro a 2 de novembro de 2018.



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ DATA: 31/5/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 2

ITEM 6 – PL 2800/2015 (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos.

Autor: Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

Posicionamento: Aprovar parecer pela REJEIÇÃO. A CNM entende que o PL 2800/2015 está ultrapassado, pois a matéria está regulada pelo Código Florestal, a partir de alteração feita pela Medida Provisória 759/2016. Ademais, a Confederação entende que, também é bastante prejudicial, pois é incoerente que imóveis de tamanhas proporções causem impacto ambiental baixo ou nulo, especialmente quando situados em APPs, que são áreas protegidas por serem ambientalmente importantes e sensíveis.

Ademais, a matéria contraria outras legislações que regem dispositivos e interesses municipais. Logo, a Confederação é contrária ao PL 2800/2015.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA/ DATA: 31/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 1

ITEM 18 – PEC 391/2017 (FPM). Ementa: Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autor: Senador Raimundo Lira (PSD-PB).

Relator: Deputado Rubens Pereira Junior (PCdoB-MA).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL/ DATA: 31/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 6

ITEM 7 – PL 6947/2010 (Lei da Política Agrícola). Ementa: Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Autor: Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

Posicionamento: Aprovar.

ITEM 8 – PL 7586/2014 (Feira Livre | Produto animal). Ementa: Dispõe sobre a normatização das feiras livres espalhadas em todo o país quanto à disposição dos produtos, conservação, identificação, informação quanto à origem, e sistema de produção agro ecológico ou convencional e dá outras providências.

Autor: Deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP).

Relator: Deputado Diego Garcia (PODE-PR).

Posicionamento: Aprovar o parecer pela rejeição.

ITEM 10 – PL 4314/2016 (RIISPOA). Ementa: Altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA.

Autor: Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA/ DATA: 31/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 14

ITEM 11 – PL 2116/2011 (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR).

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Posicionamento: Aprovar.



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA/ DATA: 30/10/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 9

ITEM 7 – PLS 795/2015 (Econômico-Minas e Energia). Ementa: Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

Autora: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE/ DATA: 30/10/2018, ÀS 11h30, PLENÁRIO 9

ITEM 3 – PLS 368/2012 (Social – Meio Ambiente). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.

Autora: Senadora Ana Amélia (PP-RS)

Relator: Senador Romero Jucá (MDB-RR)

Posicionamento: Aprovar.

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (MPV 846/2018) / DATA: 30/10/2018, ÀS 14h30, PLENÁRIO 2

ITEM 3 – MPV 846/2018 (Fundo Nacional). Ementa: Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Autor: Presidente da República.

Relator: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Posicionamento: Proferir parecer pela aprovação.

MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO (MPV 844/2018) / DATA: 30/10/2018, ÀS 15h, PLENÁRIO 6

MPV 844/2018 (Marco Legal do Saneamento Básico). Ementa: Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.

Autor: Presidente da República.

Posicionamento: Proferir parecer pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO/ DATA: 31/10/2018, ÀS 9h30, PLENÁRIO 13

ITEM 5 – PLS 146/2014 (Econômico-Desenvolvimento Regional). Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Relatora: Senador José Pimentel (PT-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ / DATA: 31/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 3

ITEM 17 – PLS 228/2018 (Remuneração/Subsídio Agente Públicos). Ementa: Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator: Senador Hélio José (PROS-DF).

Posicionamento: Rejeitar.